

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2020, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
2. *Apreciação e votação da Ata n.º 10, relativa a 12 de fevereiro de 2020;*
3. *Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, que solicita a audição do Presidente da Associação Nacional dos Cuidados Continuados, Dr. José Bourdain, com o objetivo de detalhar o teor do documento «Diagnóstico sobre o Funcionamento da RNCCI e Proposta de Soluções»;*
4. *Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição do Presidente do Conselho Executivo da ARS Norte, Dr. Carlos Nunes, «sobre a construção de um novo hospital público em Barcelos»;*
5. *Discussão e votação dos requerimentos do BE e do PCP, que solicitam a audição da Ministra da Saúde, sobre a decisão de lançamento de uma nova PPP para o hospital de Cascais;*
6. *Outros assuntos.*

10:30 Audição do Presidente do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, Dr. Luís Manuel Martins Amaro, requerida pelo PSD, «a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS», e pelo PCP, «sobre o encerramento das urgências pediátricas no período noturno do Hospital Garcia de Orta».

11:30 Audição do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, Dr. Joaquim Daniel Lopes Ferro, requerida pelo PSD, «a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS».

1. Informações

O Vice-Presidente, Deputado Alberto Machado, deu início aos trabalhos, informando ter baixado à Comissão a Petição n.º 28/XIV/1.ª (Inseminação artificial/PMA *post mortem*), que, depois de ter sido admitida, foi distribuída ao PSD para acompanhamento e Relatório Final. O Relator será designado posteriormente. Foram



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

igualmente distribuídos os P.J.L. s n.ºs 198/XIV/1.ª, do PCP (*Cria um regime excepcional para o SNS no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso*) e 201/XIV/1.ª, do BE (*Exclui as entidades do SNS do âmbito de aplicação da lei dos Compromissos*), que incidem sobre matéria similar, podendo por isso ser objeto de parecer conjunto, e que cabem ao CH; e o «*Programa de Trabalho da Comissão Europeia 2020 – COM (2020) 37*», que cabe ao PS para efeitos de elaboração de parecer. Este último deverá ser discutido e votado em Comissão até ao dia 11 de março. Os autores dos pareceres serão indicados posteriormente, devendo o CH ser informado da distribuição pelo serviço de apoio, uma vez que não está presente.

O Presidente em exercício informou de seguida ter sido solicitada pelo PAR a pronúncia da Comissão sobre a comemoração do Dia Mundial da Saúde, no dia 7 de abril, na Assembleia da República, promovida pelo Observatório Internacional de Direitos Humanos (OIDH), não tendo sido manifestada qualquer oposição. Disse ainda ter o Deputado João Dias informado, na reunião de mesa e coordenadores de dia 12 de fevereiro, que por lapso não havia mencionado a FNAM, no requerimento do PCP para as audições sobre o Hospital Garcia de Orta, que refere apenas o Sindicato dos Médicos da Zona Sul, requerendo à Comissão este aditamento, o que foi aceite por todos. Confirmou que, tal como já havia sido decidido, as audições para a próxima reunião, dia 26 de fevereiro, serão ainda sobre o Hospital Garcia de Orta: Sindicato dos Médicos da Zona Sul e FNAM.

2. Apreciação e votação da Ata n.º 10, relativa a 12 de fevereiro de 2020

A ata n.º 10, relativa a 12 de fevereiro de 2020 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

3. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, que solicita a audição do Presidente da Associação Nacional dos Cuidados Continuados, Dr. José Bourdain, com o objetivo de detalhar o teor do documento «Diagnóstico sobre o Funcionamento da RNCCI e Proposta de Soluções»

A Deputada Ana Rita Bessa apresentou o requerimento do CDS-PP, a solicitar a audição do Presidente da Associação Nacional dos Cuidados Continuados, Dr. José Bourdain, com o objetivo de detalhar o teor do documento «*Diagnóstico sobre o Funcionamento da RNCCI e Proposta de Soluções*».

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.º SL

O Deputado Rui Cristina informou que o PSD votará favoravelmente o requerimento e manifestou a sua preocupação com a situação atual nesta área dos cuidados, que considera lamentável.

A Deputada Hortense Martins considerou pertinente este requerimento, acrescentando que o PS é um defensor dos cuidados continuados e foi promotor dos mesmos e que a metodologia de aprofundar as questões através de audições é útil. Requer oralmente que, sobre este assunto, seja ainda realizada a audição do Presidente da Rede de Cuidados Continuados Integrados.

O Deputado Moisés Ferreira disse concordar com as audições propostas.

A Deputada Ana Rita Bessa nada teve a opor à audição proposta oralmente pelo PS. Os requerimentos do CDS-PP e do PS (oral) foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do CH.

4. Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição do Presidente do Conselho Executivo da ARS Norte, Dr. Carlos Nunes, «sobre a construção de um novo hospital público em Barcelos»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, que solicita a audição do Presidente do Conselho Executivo da ARS Norte, Dr. Carlos Nunes, «sobre a construção de um novo hospital público em Barcelos».

A Deputada Ana Maria Silva afirmou compreender a preocupação com este assunto, que conhece particularmente bem, pois trabalhou no Hospital de Barcelos durante 32 anos. O projeto decorre há muitos anos e foram criadas expetativas, justificando-se uma reavaliação pela ARS para ajustar o modelo às necessidades atuais. Está de acordo com a audição, para se compreender em que fase está o projeto.

O Deputado Carlos Reis fez uma cronologia dos factos relativos a este processo, referindo ter o PSD proposto inscrever no OE 2020 verbas para a construção do Hospital de Barcelos, o que foi rejeitado. Votará favoravelmente o requerimento e acompanha com preocupação esta situação.

A Deputada Ana Rita Bessa informou que o CDS-PP apresentou também proposta no âmbito do OE 2020, sobre este assunto, que foi rejeitada. Fica satisfeita pela manifestação de empenho do PS e acompanha o requerimento.

A Deputada Paula Santos apoia igualmente o requerimento, uma vez que se trata de situação que tem vindo a acompanhar, sendo urgente encontrar instalações para o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

novo hospital. Também o PCP apresentou em sede de OE 2020 uma proposta, que não foi aprovada, sendo necessário conhecer o andamento do processo e encontrar soluções.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do CH.

5. Discussão e votação dos requerimentos do BE e do PCP, que solicitam a audição da Ministra da Saúde, sobre a decisão de lançamento de uma nova PPP para o hospital de Cascais

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento do BE, que solicita a audição da Ministra da Saúde, «sobre a decisão de lançamento de uma nova PPP para o hospital de Cascais», seguindo-se a apresentação, por parte da Deputada Paula Santos, do requerimento do PCP, que solicita igualmente a audição da Ministra da Saúde «para prestar esclarecimentos sobre a decisão do Governo de lançamento do concurso para uma nova PPP no Hospital de Cascais».

A Deputada Hortense Martins lembrou que este assunto havia sido objeto de debate com o Primeiro-Ministro no dia anterior, e que apenas se está a renovar uma PPP já existente, não a criar uma nova. O que é essencial é assegurar que a gestão do hospital seja uma boa gestão. Acompanhará os requerimentos.

A Deputada Sandra Pereira disse que a decisão em causa torna muito evidente o grande equívoco inscrito na Lei de Bases da Saúde (LBS), o que o PSD denunciou desde logo. Acrescentou que a audição se justifica pela duplicidade de critérios do Governo nesta matéria, solicitando ainda, oralmente, a audição da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, Jamila Madeira, sobre este mesmo assunto. Antes da realização das audições deverão ser pedidos todos os estudos e documentos técnicos relevantes elaborados pela Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP).

A Deputada Ana Rita Bessa lembrou que na legislatura anterior funcionou um Grupo de Trabalho sobre as PPP's, que fez inúmeras audições e recebeu muitos documentos. O que estará em causa não é falta de informação, mas antes a opacidade dos critérios do Governo, considerando todavia sempre relevante ouvir a Ministra sobre este assunto.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

A Deputada Hortense Martins reiterou que não se trata de uma nova PPP, mas apenas de uma renovação. Sobre a audição da SEAS, referiu que a Ministra da Saúde é que deverá decidir sobre quem a acompanhará.

O Deputado Moisés Ferreira salientou que o Governo já está a renovar uma PPP, antes mesmo de regular a Base 6 da LBS. Quanto ao pedido de documentos, manifestou-se no sentido de que a audição da Ministra não fique condicionada à receção destes.

A Deputada Paula Santos concordou também com esta posição, dizendo ainda que, tendo já sido aprovados tantos requerimentos a solicitar audições da Ministra, é necessário começar a agendá-las com datas concretas.

A Deputada Sandra Pereira requereu formalmente a audição da SEAS sobre esta questão, anunciando que, quanto aos documentos, irá apresentar um requerimento por escrito.

A Deputada Hortense Martins manifestou a sua oposição à apresentação do requerimento oral.

Passou-se à votação, tendo os requerimentos do BE e do PCP sido aprovados por unanimidade, com a ausência do PAN e do CH.

Seguidamente, o Presidente em exercício colocou à votação a admissão do requerimento oral do PSD, que foi aprovada por unanimidade, com a ausência do PAN e do CH. Votou-se depois o requerimento oral do PSD, que foi rejeitado, com os votos a favor do PSD, BE e CDS-PP, os votos contra do PS e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do PAN e do CH.

10:30 Audição do Presidente do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, Dr. Luís Manuel Martins Amaro, requerida pelo PSD, «a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS», e pelo PCP, «sobre o encerramento das urgências pediátricas no período noturno do Hospital Garcia de Orta»

Neste ponto da ordem do dia a Presidente da Comissão assumiu a condução dos trabalhos.

O Conselho de Administração (CA) do Hospital Garcia de Orta (HGO) fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Amaro, e pelo Diretor Clínico, Nuno Marques.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

O Deputado Nuno Carvalho apresentou o [requerimento do PSD](#), que solicita a audição do Presidente do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, Dr. Luís Manuel Martins Amaro, «*a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS*», e colocou algumas questões, designadamente sobre a contratação de terapeutas ocupacionais e sobre o impacto de um eventual encerramento da ginecologia e obstetrícia de Setúbal nas urgências do Hospital Garcia de Orta (HGO).

A Deputada Paula Santos apresentou o [requerimento do PCP](#) a solicitar a audição do Dr. Luís Amaro, «*sobre o encerramento das urgências pediátricas no período noturno do Hospital Garcia de Orta*», dizendo que há muito que estava identificado o problema da urgência pediátrica do HGO e perguntando porque não foram tomadas medidas, em tempo, para evitar o que veio a acontecer. Questionou ainda sobre qual a situação atual e quando vão reabrir as urgências.

O Deputado Filipe Pacheco falou do esforço feito nos últimos anos para recuperar da falta de investimento e da falta de profissionais de saúde, havendo hoje, em relação aos números de 2015, mais 370 profissionais. Perguntou se o fecho da urgência é temporário, quantos casos foram encaminhados para outros hospitais e qual o prazo previsto para o regresso à normalidade.

A Deputada Sandra Cunha perguntou o que está a ser feito quanto à contratação de pediatras, qual o ponto de situação atual e quantas crianças foram afetadas, quais os incentivos que poderão ser dados aos médicos, como está a ser assegurada a situação e se pode ser garantido que não voltará a acontecer.

A Deputada Ana Rita Bessa referiu ser complicada a situação do HGO, questão que não é nova. Fez uma cronologia dos acontecimentos dizendo que o quadro é preocupante e perguntando como comenta o CA as afirmações do Bastonário da Ordem dos Médicos sobre o colapso do Hospital, se confirma que há excesso de horas extraordinárias, se tem havido articulação com o Governo e quantos pediatras foram contratados.

A Deputada Cristina Rodrigues tem acompanhado as dificuldades do HGO com preocupação, não constatando sinais de melhoria. Pediu um ponto de situação, perguntando porque ficam desertos os concursos, se está assegurado o descanso dos médicos e um atendimento seguro e quando se voltará à normalidade.

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

O Presidente do CA do HGO respondeu às questões colocadas, fornecendo dados sobre as entradas e saídas de pediatras do Hospital, referindo que os recém-especialistas passaram a exercer funções que antes lhes estavam vedadas, sendo fundamental fazer uma aposta nas áreas da neonatologia, pediatria e neurologia. Querem motivar os futuros especialistas para que fiquem no HGO e para isso fizeram contratualização interna com a ARS no que respeita aos investimentos, têm estado a trabalhar com hospitais da área da grande Lisboa para pôr em prática um protocolo de colaboração e iniciaram negociações com o Centro Hospitalar Lisboa Central para gerir a situação em matéria de recursos humanos. Nunca esteve em causa o funcionamento das urgências, em termos definitivos, e a estratégia de fecho no período noturno teve que ver com a falta de recursos. Tentou mitigar-se o problema com o horário das 8:30 às 20:00, ficando no entanto a urgência a funcionar até às 23:00, com os doentes já admitidos.

Para solicitar esclarecimentos adicionais, na segunda ronda usaram da palavra os Deputados Filipe Pacheco, Nuno Carvalho, Moisés Ferreira e Paula Santos, os quais foram prestados pelo Presidente do CA do HGO.

A Presidente agradeceu a vinda à Comissão do CA e as informações e esclarecimentos prestados, informando que irão ser distribuídos os quadros entregues pelo Dr. Luís Amaro.

11:30 Audição do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, Dr. Joaquim Daniel Lopes Ferro, requerida pelo PSD, «a propósito da degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS»

O Conselho de Administração (CA) do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte (CHULN) fez-se representar pelo seu Presidente, Joaquim Ferro, e pelo Diretor Clínico, Luís Pinheiro.

O Deputado Nuno Carvalho apresentou o requerimento do PSD, colocando questões sobre a segurança dos profissionais, as contratações de 2019 e as previstas para 2020, e o que tem sido feito para resolver os problemas existentes, e se consideram normal a situação que ocorreu ontem com 24 macas na urgência.

O Deputado Paulo Marques formulou perguntas sobre as notícias veiculadas pela comunicação social em novembro de 2018, a propósito dos pedidos de escusa das urgências, feitos pelos médicos, e que causaram algum alarme social. Perguntou



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

como está a situação e se tem havido um acréscimo de casos desde o fecho noturno das urgências.

O Deputado Moisés Ferreira lembrou que o rácio dos médicos nas urgências estava abaixo do recomendado, o que colocou em causa a segurança dos doentes, perguntando porque é que tal aconteceu, porquê a falta de profissionais, se já conseguiram contratar novos recursos humanos e se está garantida a segurança dos utentes.

A Deputada Paula Santos questionou sobre o funcionamento da urgência, desde a tomada pública de posição dos médicos em 2018, sobre se o CA fez pedidos de contratação de trabalhadores, quais as necessidades e quantos foram contratados, pedindo um ponto de situação.

A Deputada Ana Rita Bessa perguntou se foi colocado à tutela o problema do elevado número de pedidos dos médicos para escusa das urgências, se estão a ser tomadas medidas, como se reforçou a equipa fixa das urgências e se está estabelecido o nível mínimo para esta funcionar.

O Presidente do CA do CHULN respondeu às questões colocadas, explicando como se alterou o perfil das equipas de urgências nos últimos 4/5 anos, o que tem obrigado a que sejam reforçadas com especialistas, dando conta das medidas tomadas que se prendem com o reforço na formação de médicos de medicina interna e com as prioridades no recrutamento destes profissionais. Considera que este problema se está resolver, no entanto a solução não passa só por mais recursos, mas também pela reorganização do acesso. Os utentes devem ser encaminhados para os cuidados de saúde primários, para os cuidados domiciliários e hospitais de dia, para que a urgência não seja a primeira porta de entrada.

O Diretor Clínico prestou informações complementares, dando nota do contexto global para este problema, que não é novo, pois nada se passou de diferente dos anos anteriores do ponto de vista do funcionamento do serviço. Faltam médicos especialistas porque durante 10 anos não se formaram e há uma lacuna geracional (mais de 50 por cento têm mais de 50 anos e alguns mais de 55). O papel da medicina interna mudou, bem como o perfil das urgências. Pensa que a questão não é de falta de médicos, é não haver médicos com idade para esta ação.

Na segunda ronda usaram da palavra, para pedir esclarecimentos adicionais os Deputados Paulo Marques, Nuno Carvalho, Moisés Ferreira, Paula Santos, Ana Rita

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.º SL

Bessa e Inês de Sousa Real, que foram prestados pelo Presidente do CA e complementados pelo Diretor Clínico.

A Presidente agradeceu as informações prestadas pelo CA.

Após a audição a Presidente informou que irá fazer as diligências necessárias para que se realize a 4 de março, pelas 9h, ou, em alternativa, a 3 de março, pelas 15h, a audição da Ministra da Saúde, para responder aos requerimentos do PSD, PCP e BE, respetivamente, sobre «a *degradação das condições de funcionamento dos hospitais do SNS, como por exemplo na urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta*», «sobre o *encerramento das urgências pediátricas no período noturno do Hospital Garcia de Orta*» e «sobre o *encerramento de serviços, falta de profissionais em instituições do SNS e medidas necessárias para combater estas situações*». Informou igualmente que terá lugar uma reunião de mesa e coordenadores no seguimento da reunião da Comissão do próximo dia 26 de fevereiro para discussão do Regulamento da Comissão e das grelhas das audições.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo os vídeos/gravação ser acedidos nestes [link\(1\)](#) e [link\(2\)](#).

Palácio de São Bento, 19 fevereiro 2020.

A PRESIDENTE



(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 11/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Machado
Ana Maria Silva
Ana Rita Bessa
Anabela Rodrigues
António Maló de Abreu
Bebiana Cunha
Célia Paz
Cláudia Bento
Hortense Martins
Joana Lima
José Manuel Pureza
Maria Antónia de Almeida Santos
Moisés Ferreira
Paula Santos
Paulo Marques
Pedro Alves
Rui Cristina
Sandra Pereira
Telma Guerreiro
Cristóvão Cunha
Fernanda Velez
Francisco Rocha
Helga Correia
João Dias
Luís Soares
Marta Freitas
Sara Velez
Susana Correia
Carlos Reis
Cristina Rodrigues
Filipe Pacheco
Inês de Sousa Real
Nuno Carvalho
Sandra Castro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura
José Rui Cruz
Ricardo Baptista Leite
Sónia Fertuzinhos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

Álvaro Almeida